

Endividamento e crédito caro freiam otimismo do brasileiro

Emprego em alta não se reflete na confiança da população, aponta pesquisa

/ CONJUNTURA

Em outros momentos, o mercado de trabalho aquecido ajudaria a aumentar a percepção de otimismo da população, mas uma série de fatores tem feito com que a sensação de confiança do brasileiro não reflita os indicadores positivos de emprego.

É o que aponta análise dos economistas Fernando de Holanda Barbosa Filho, Paulo Peruchetti e Janaína Feijó, associados ao Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Segundo os pesquisadores, esse descompasso é sustentado por níveis elevados de endividamento e inadimplência, além do uso de crédito mais caro - com impacto desproporcional sobre as famílias de menor renda.

Desde o fim de 2019, o emprego cresceu em média 1,3% ao ano e o rendimento, 1,9% ao ano, com queda de 5 pontos percentuais na taxa de desemprego e avanço de 1,9 ponto percentual no nível de ocupação, segundo análise a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apesar dessa melhora, os indicadores de confiança do consumidor, medidos pela Sondagem FGV, permanecem abaixo de 100



Níveis elevados de endividamento e inadimplência geram desconfiança

pontos em todas as faixas de renda, com pessimismo mais acentuado entre os domicílios com menores rendimentos.

Na avaliação dos economistas, parte desses ganhos no mercado de trabalho decorreria de mudanças demográficas e educacionais na população, não de uma melhora efetiva nas condições de cada trabalhador.

Sem esse efeito de composição, a taxa de desemprego do primeiro trimestre de 2026 seria de 7,4%, e não os 6,1% divulgados oficialmente. A renda, por sua vez, seria cerca de 23% menor que a oficial.

Isso ocorre porque o perfil educacional e etário do brasileiro mudou: as pessoas se torna-

ram mais instruídas e a população envelheceu.

Como grupos mais escolarizados naturalmente têm taxas de desemprego menores, o aumento da proporção dessas pessoas na economia puxa a taxa média para baixo, mesmo que a situação dentro de cada grupo específico não tenha melhorado.

A mesma lógica se aplica à renda. A média salarial geral sobe porque há mais pessoas migrando para faixas de maior escolaridade, que naturalmente pagam mais. Quando a renda é corrigida pelo índice de preços de alimentos - que tem maior peso no orçamento das famílias mais pobres, observa-se uma perda de poder de compra.

Três em cada dez MEIs abertas são de ex-CLT

Estudo do Ministério do Trabalho aponta que cerca de um terço (30%) dos MEIs (microempreendedores individuais) existentes hoje são trabalhadores que tinham carteira de trabalho assinada até se converterem em pessoas jurídicas (PJs).

Segundo a pasta, 5 milhões de trabalhadores desligados de janeiro de 2022 a março de 2026 migraram do regime CLT para o PJ. A mudança ocorreu no mesmo mês ou no mês subsequente ao desligamento. Hoje, há 16,75 milhões enquadrados como MEI.

A migração para o regime jurídico, parte do fenômeno da “pejotização”, gerou uma perda de R\$ 105 bilhões em arrecadação de janeiro de 2022 a julho de 2025, segundo estimativa do governo federal.

A perda considera uma queda na contribuição de empresas e trabalhadores em Previdência, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e no Sistema S. Os dados constam de estudo do MTE obtido pela Folha com estimativas próprias e da Receita Federal.

O MEI foi criado em 2008 para formalizar trabalhadores autônomos e informais. O objetivo era reduzir a informalidade, manter alguma contribuição previdenciária e diminuir a burocracia para pequenos empreendedores. A Reforma Trabalhista de 2017 autorizou que MEIs fossem admitidos como prestadores de serviço para as empresas, contanto que atuassem como autônomos e sem subordinação.

/ TRIBUTOS Fonte: www.informanet.com.br

IMPOSTOS FEDERAIS E ESTADUAIS

10/09	IRRF	Juros de empréstimos externos (Instituição autorizada a operar no mercado de câmbio pelo Banco Central do Brasil), de fato gerador de Mês Anterior (31/08/2026)
15/09	IRRF	Rendimentos de Capital - Títulos de renda fixa - Pessoa Física, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/09/2026)
15/09	IRRF	Rendimentos de Capital - Fundos de Investimento, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/09/2026)
15/09	IOF	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/09/2026)
15/09	IOF	Ouro, Ativo Financeiro, de fato gerador de 1º decêndio mês atual (10/09/2026)
15/09	PIS/Pasep	Retenção - Aquisição de autopeças, de fato gerador de 2ª quinzena mês anterior (31/08/2026)

Mensal	R\$	109,90
Trimestral à vista	R\$	269,73
1+2	R\$	99,90
Total Parcelado	R\$	299,70
Semestral à vista	R\$	528,66
1+5	R\$	97,90
Total Parcelado	R\$	587,40
Anual à vista	R\$	997,92
1+11	R\$	92,40
Total Parcelado	R\$	1.108,80



con.te
ESPAÇO CORPORATIVO



•Palestras



•Cursos



•Workshops



•Treinamentos



@espacoconte
(51) 3373.5509
www.espacoconte.com.br